



PREFEITURA DA CIDADE DO PAULISTA
SECRETARIA DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA



LICENÇA SANITÁRIA

Ano: **2024**

Processo nº:

0234/2024

Código:

3.4.02.12610707/068

Razão Social:

DROGAFONTE LTDA

Nome Fantasia:

DROGAFONTE

CNPJ: 08.778.201/0001-26

Endereço:

ROD BR 101 NORTE, S/N KM 56, 6 GALPÃO 01,02

Bairro:

JARDIM PAULISTA

Cidade:

PAULISTA

Fone:

99928-0006

CNAE :

46.44-3-01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano. Inclusive medicamentos controlados pela portaria 344/98.
46.45-1-01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios.
46.46-0-01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria.
46.46-0-02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal.
46.49-4-08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar.

(nº do código)

(denominação da atividade exercida)

RT :

(Responsável Técnico)

JOYCE NUNES DOS SANTOS

(nome)

CRF/PE 03262

(nº CRF-PE)

Obs.: Os serviços e atividades descritos devem ser realizados exclusivamente pelo Farmacêutico Responsável Técnico do estabelecimento, respeitando o disposto em legislação específica. De acordo com a legislação sanitária e disposições regulamentares em vigor, o estabelecimento acima qualificado está apto a funcionar. Esta Licença Sanitária só terá validade com as taxas semestrais devidamente pagas e carimbadas, podendo em caso de infração, ser cancelada pela autoridade sanitária.

RECEBIDO <i>[assinatura]</i> Carimbar 1º SEMESTRE	RECEBIDO <i>[assinatura]</i> Carimbar 2º SEMESTRE
--	--

LICENÇA VÁLIDA ATÉ:		
05	11	25

<i>[assinatura]</i> Mônica Oliveira Vigilância em Saúde MAT. 215-1998-SE/PE Dra. Mônica Oliveira DIRETORA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	<i>[assinatura]</i> Renata Albuquerque SUPERINTENDENTE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE MAT. 46.456-PAULISTA-PE Dra. Renata Albuquerque SUPERINTENDENTE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
--	---

ESTA LICENÇA DEVE SER AFIxada EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO

Art. 297 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro: pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.